

# PORTUGAL E A FRONTEIRA COM CASTELA NO SÉCULO XIV

*Humberto Baquero Moreno*

São profundas as transformações que se operam no Portugal que transita do século XIII para o século XIV. Terminada a reconquista em meados da centúria de duzentos, o país preparava-se para uma nova fase que pressupunha uma estabilidade, quer no plano económico, quer ainda social e institucional. Sucedia, porém, que o equilíbrio existente, aparentemente firme, encerrava em si acentuadas contradicções que resultavam essencialmente da ansiedade dos homens, destituídos de privilégios, em libertar-se dos vinculos que os prendiam à terra e os obrigavam a obedecer aos detentores do poder, sem possuírem a mínima contrapartida.

Nesse aparente equilíbrio três forças se debatem entre si e visam impor a sua hegemonia: a realeza através dos seus órgãos procura sobretudo impor a sua supremacia, deparando contudo com assinaláveis dificuldades perante a oposição que lhes movem o poder senhorial e as autarquias locais ambos ciosos das suas prerrogativas. A luta que se trava ao norte do rio Tejo entre estas duas estruturas, transporta-se para o sul da referida linha de água num conflito mais esbatido devido à extensão territorial, entre os municípios e as ordens militares. Dificilmente se pode afirmar a quem pertence o predomínio, acentuando-se contudo ao longo do século XIV uma progressiva afirmação de poderio por parte da realeza.

O grande desenvolvimento dos concelhos vai contribuir dum modo decisivo para a transformação da sociedade portuguesa. Assim, no decurso de século XIII observa-se gradualmente o desaparecimento da servidão da gleba, desvinculando-se o homem da terra. Progressivamente aumentam os alódios e os contratos enfitêuticos, do mesmo modo que o arrendamento substitui o colonato. Esta tendência irá reforçar-se ainda mais no século seguinte.

O conjunto dos fenómenos atrás referidos resulta sobretudo do aumento de importância dos concelhos medievais que fazem frente aos privilegiados. Inegavelmente passam a ser estes órgãos do poder local o elemento essencial que trava o poder senhorial, motivo pelo qual a coroa pretende estabelecer com eles uma melhor articulação.

Deste modo se explicam as grandes alterações que vão produzir-se nos municípios ao longo do século XIV. Muito embora eles se regessem pelas cartas de foral, convém observar que estas sofrem profundas modificações resultantes da aplicação de novas leis e posturas, que acabam por transformar os mesmos em realidades novas do ponto de vista legislativo.

Explica-se este novo corpo legislativo em função da crescente complexidade desses órgãos do poder local. A necessidade de acudir com a maior eficácia às questões administrativas, irá traduzir-se no aparecimento de novos cargos, que passarão a responder adequadamente a problemas concretos. Paulatinamente as assembleias dos homens bons irão cedendo passo a grupos de homens mais restritos, que formarão as verações. Estas passam a ser constituídas pelos juizes do cível e do crime, pelos vereadores, pelo procurador e pelo escrivão da câmara.

Á medida, porém, que o governo local for sendo mais reduzido, maior será a tendência para o poder central interferir, ora fazendo-se representar por um seu delegado, o alcaide, ora pressionando no sentido de nomear ou forçar a eleição de pessoas da sua confiança. Aliás o regimento dos pelouros de 1391 insere-se nesta lógica ao designar candidatos em sintonia como corregedor, representante da coroa, o que explica muitas de resistências à sua aplicação, tal como se verifica no Algarve.

Seando o século XIV uma época de intensa consolidação territorial, em que tudo sofre uma profunda transformação, naturalmente que era necessário dotar o país duma ossatura militar que lhe garantisse os contornos e o preservasse face ao perigo duma absorção política por parte de Castela, de quem se temia uma hegemonia integracionista. A estratégia de implantação dos castelos sofre uma alteração sensível. Enquanto que no período de formação estes redutos militares acompanham as principais linhas

fluviais, áreas de defesa e de demarcação frente aos muçulmanos, a partir dos fins do século XIII vai-se gerar por obra de D. Dinis uma intensa acção restauradora edificadora de fortalezas militares em toda a fronteira de Portugal com Castela.

Na sua globalidade a fronteira que nos separam do reino vizinho era densamente guarnecida de castelos. Especialmente as regiões da Beira com um total de trinta e quatro castelos e do Alentejo com um conjunto de trinta e sete castelos, representavam uma das redes mais densas de todo o país, se tivermos sobretudo em conta que se tratavam de áreas geográficas extremamente vulneráveis.

Importante, também, se apresenta o sistema defensivo situado ao norte do rio Douro. Área do território densamente ocupada, aceita-se que os seus habitantes enquadrados por uma poderosa nobreza tradicionalista procurassem garantir a sua própria defesa. Um total de vinte e um castelos localizados próximo da fronteira zelava pela sua integridade. Tras-os-Montes região menos povoada, mas de maior, extensão que a anterior com um conjunto de dezasseis castelos, surge-nos como uma zona do território bem guarnecida se tivermos em atenção a inserção topográfica dos mesmos.

O Algarve com os seus doze castelos garantia a defesa da sua orla marítima e da fronteira com Castela. Outra área muito bem guarnecida situava-se entre Coimbra e Lisboa, a qual assentava numa rede formada por vinte e nove castelos.

A par da referida ossatura militar assiste-se em Portugal, dum modo particular na segunda metade do século XIV, a um reforço da área fronteiriça, através da fundação de coutos de homiziados cujo propósito visa aumentar o número de homens em localidades consideradas perigosas, quer pelas invasões quer pelas incursões oriundas de Castela.

A política de consolidação da linha fronteiriça aparece-nos iniciada por o rei D. Dinis, em 1308, com a fundação do couto de homiziados de Noudar. A circunstância deste lugar se encontrar muito despovoado motivou o referido monarca a encetar esse tipo de ocupação humana. Na sequência

desta iniciativa procede-se à fundação, em data indeterminada, do couto de homiziados de Sabugal, o qual além de despovoado tinha o inconveniente, segundo um documento, de se encontrar “junto com a raya de Castela”.

A crise intensa que pairava sobre Portugal, no reinado de D. Fernando, devido às companhias militares, a que se somava uma acentuada rarefacção humana nas áreas fronteiriças, obrigou aquele monarca a desenvolver o processo de fixação de homens através do estabelecimento de novos coutos de homiziados. Assim, no seu reinado fundam-se os da Guarda (1371), Marvão (1378), Miranda do Douro (1379) Penamacor (1379), pontos sensíveis na defesa da fronteira. Com D. João I prossegue-se esta política ao fundarem-se os de Arronches (1385), Fronteria (1385), Castelo Mendo (1387), Belmonte (1387), Juromenha (1388), a que se seguem ainda no século seguinte, durante este mesmo reinado, os de Caminha (1406), Freixo de Espada à Cinta (1406), Penarrias (1407), Chaves (1412), Monsaraz (1414), Monforte do rio Livre (1420), Onguela (1420), Mertola (1420), Segura (1421), Outeiro de Miranda (1421), Castro Marim (1421), Penha Garcia (1431) e Melgaço (1431). Ao longo do século XV esta política manteve-se com a criação de novos coutos de homiziados, em ordem a garantir a salvaguarda do espaço português face ao perigo exterior.

Cumprе observar que a situação de despovoamento em que se encontrava a raia portuguesa afectava na generalidade todo o território. São muitos os exemplos que poderemos citar com base nos dados parcelares obtidos. A par dessa situação aparecem referências aos fogos-mortos no século XIV, com a indicação de aldeias desertas, casais abandonados e herdades votadas à sua sorte. Às grandes arroteias do século XIII sucedem-se agora espaços abandonados, onde a floresta e o mato avançam impunemente. Dificilmente, contudo, podemos afirmar qual a percentagem do espaço agricultado que teria sofrido uma redução, apenas possuindo dados seguros para a região do Baixo Mondego.

A peste Negra associada a outras epidemias, que a precedem ou lhe sucedem, conjugada com outros factores negativos como a fome, derivada das guerras ou dos maus anos agrícolas, aumentam a taxa de mortalidade, o

que provoca naturais mutações sociais. A uma sociedade relativamente estabilizada, sobretudo no que respeita às classes populares, irá suceder uma outra que se caracteriza por uma movimentação que rompe os quadros tradicionais. Os homens abandonam as suas terras à procura de melhores condições de salariais, mudando de concelho para concelho e buscando nas cidades melhores condições de vida. Nestas porém nem sempre encontram um modo de existência adequado, pelo que acrescentam aos tradicionais extractos sociais de cavaleiros e fidalgos, mercadores, mesterais e peões, temos a acrescentar uma massa de indigentes e de vagabundos errantes. A marginalidade aumenta dum modo significativo.

Durante o reinado de D. Pedro I executam-se algumas medidas que procuram impedir o afluxo da população rural às cidades. O dirigismo social que o monarca procura impor a penas vêm avolumar as tensões sociais. No governo de seu filho, o rei D. Fernando, devido ao estado de miséria e de abandono em que se encontrava o país, após a invasão castelhana de 1369-1371, rebentam revoltas em Santarém, Alenquer, Abrantes e Tomar, que Fernão Lopes dum modo simplista pretende apenas atribuir ao mal estar causado pelo impopular casamento entre o monarca e D. Leonor de Teles. O aumento da carga fiscal, a escassez do pão, a depreciação da moeda e a fome, explicam as revoltas de Portel (1374), de Montemor-o-Velho (1375) e de Tomar (1379). A revolução de 1383 apresentará contornos, que ultrapassando a reacção contra uma possível integração em Castela, resulta dum forte movimento dos mesterais, que aliados à burguesia da capital, pretendem derrotar as forças do sistema feudal e alcançar o governo de cidades importantes como Lisboa, Évora e Porto. Assiste-se, assim, nos fins do século XIV a uma luta entre os mesterais, aliados na conjuntura dos burgueses, contra os cavaleiros-vilãos, detentores de terras e de poder no governo local, que a todo o custo pretendem conservar a sua influência e capacidade de intervenção.

Por seu turno a nobreza constituída pelos fidalgos detentores das grandes propriedades, mas numa fase de crise derivada de um fenómeno de extinção biológica, procura articular a sua actividade através duma aposta no comércio internacional, entrando em concorrência com a burguesia, cuja força em Portugal ainda se apresenta bastante reduzida.

Em termos de identidade nacional temos que o século XIV conheceu várias crises, com matizes variadas e em ritmos diferentes. Esta crise não impediu que as cidades se desenvolvessem com relevo para Lisboa e para o Porto. Lisboa tornou-se a cidade onde a par de infraestruturas navais e de comércio se escoava a maior rede do tráfico internacional. A presença nela de importantes colónias estrangeiras constitui um indicativo da sua vitalidades. Seguiu-se à capital em importância comercial, no que respeita a actividade marítima, a cidade do Porto, cujo crescimento havia sido impressionante ao longo do referido século..

Cidades com um cunho mais rural, mas também importante como centros de comercialização de cereais, gado, vinho e azeite, eram Coimbra, Évora e Santarém. Com um papel significativo no comércio de transporte do peixe e do sal surgem-nos Aveiro e Setúbal, a que se podem juntar as cidades algarvias de Lagos, Faro e Tavira, ligadas ao comércio internacional de exportação da fruta. Outros centros de relativa importância no comércio agrário interno eram Braga, Guimarães, Bragança, Lamego, Viseu, Guarda, Covilhã, Pinhel, Elvas e Beja.

Apresentando-se. Ainda, a população portuguesa no século XIV com características acentuadamente rurais e apesar de todas as vicissitudes e contrariedades, começam a notar-se sinais de desenvolvimento urbano a que não era alheio um certo progresso no domínio das técnicas de fabrico e de construção naval. Convém, ainda, salientar, que no século XIV se aperfeiçoam os modos de produção e de circulação dos bens essenciais aos homens.

Naturalmente que esta sociedade de base, não obstante a sua ansia de libertação e de mobilidade, continua ainda muito presa ao regime senhorial, que a explora e a subordina. Existe, contudo, uma acção continua de desgaste das estruturas feudais, que visa essencialmente obrigar a aristocracia a ter de arrendar as suas terras por rendas fixas, as quais são muito vulneráveis ao permanente ritmo de oscilação do custo dos bens e da própria desvalorização da moeda.

Outros dos sintomas que caracteriza a sociedade do século XIV traduz-se na diminuição da produção cerealífera, que resulta sobretudo da queda do consumo devido à rarefação da população. O aumento do comércio externo viria no entanto a incrementar a produção da fruta, do vinho e do azeite, factor que irá contribuir no sentido do desenvolvimento duma burguesia mercantil. Estes e outros factores de mudança, a par dum sentimento exacerbadamente nacionalista que leva estes homens a terem uma reacção xenófoba contra a presença de estrangeiros, poderosos concorrentes, explica que o Portugal dos fins do século XIV em termos de identidade pouco tenha a vêr com o Portugal acentuadamente ruralizado da centúria anterior. Por isso mmesmo pode-se afirmar que a “crise” ou as “crises” do século XIV geraram um conjunto de mutações que contribuíram dum modo decisivo para o aparecimento dum Portugal voltado para a modernidade e para a internacionalização, a que poderá acrescentar-se no século XV a descoberta duma nova dimensão com o aparecimento dum Portugal “novo” voltado para o “novo” mundo ultramarino.